

Historiador contribuiu para oficializar a data

CAMPINAS - Os esforços do historiador e jornalista Benedito Barbosa Pupo foram fundamentais para que o dia 14 de julho de 1774 fosse estabelecido como data oficial da fundação de Campinas. Foi nesse dia que se realizou uma missa em igreja de sapé improvisada, erguida onde hoje está instalada a estátua de Carlos Gomes, dando início à história da freguesia de Campinas. Segundo Pupo, porém, essa data só foi reconhecida depois de 1971, quando uma comissão de estudos nomeada pela Câmara Municipal analisou diversos documentos referentes à fundação da cidade, obtidos por ele em arquivos de São Paulo e do Rio de Janeiro. "Antes disso não se comemorava o aniversário da cidade", explicou Pupo.

Dois personagens são fundamentais na criação da freguesia de Campinas: o governador da província de São Paulo, Luis Antonio de Souza Botelho, o Morgado de Mateus, de quem partiu a ordem que permitiu a separação da paróquia de Campinas da de Jundiá, e o então sitiante Francisco Barreto Leme, que ficou encarregado de colocar em prática as orientações passadas pelo Morgado de Mateus. "Uma das lendas que conseguimos derrubar depois de muito estudo foi

a de que a fundação de Campinas estaria ligada de alguma forma a grupos de bandeirantes", afirmou Pupo.

Na época de sua fundação, Campinas mantinha o nome do bairro rural que existia antes do dia 14 de julho de 1774: Campinas do Mato Grosso. Pouco antes de sua fundação, em 1772, quando foi realizado um recenseamento na região, o bairro tinha população de 357 pessoas, divididas em 61 famílias. Em seus estudos sobre a fundação de Campinas, Pupo destacou o aspecto da cidade ter nascido com um planejamento urbanístico, elaborado por Morgado de Mateus, o que não era comum na época.

Duas outras datas são fundamentais. A primeira é 18 de janeiro de 1773, quando os moradores do então bairro de Campinas do Mato Grosso receberam autorização para o início da construção da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, que permitira a sua desvinculação da paróquia de Jundiá. Como as obras da matriz demoravam, foi encaminhado outro pedido ao então bispo de São Paulo, Dom Manuel da Ressurreição, para que se pudesse construir uma igreja provisória até a inauguração da matriz, o que foi autorizado no dia 7 de maio de 1774.